

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número 1410/ XIII (2 .ª)

Expeça - se

Publique - se

2016-11-17

O Secretário da Mesa

Diogo Leão
(Assinatura
Qualificada)

Digitally signed by
Diogo Leão
(Assinatura
Qualificada)
Date: 2016.11.17
19:34:06 +00:00
Reason:
Location:

Assunto: CP aluga material que ofereceu à multinacional MSC

Destinatário: Min. do Planeamento e das Infraestruturas

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Por decisão do Governo do PSD/CDS-PP, que contou com a concordância e a viabilização do atual Governo do PS, a CP Carga foi entregue à multinacional suíça MSC. A MSC pagou dois milhões de euros pela CP Carga – e recebeu um património superior a 200 milhões de euros.

Nesse processo, a CP transferiu para a MSC um conjunto de 59 locomotivas. Quinze dessas locomotivas eram da série 1400 e, nove dessas quinze foram avaliadas pelo inacreditável valor de 16000€ (dezasseis mil euros). As Comissões de Trabalhadores da CP e da CP Carga oportunamente denunciaram a situação. O PCP também a denunciou aqui na Assembleia da República. Mas o negócio prosseguiu, apesar desses alertas e denúncias.

Passaram apenas oito meses sobre a concretização da “transação”, e a Comissão de Trabalhadores da CP denuncia que a CP está a alugar os comboios que ofereceu, pagando pelo aluguer semanal mais que o valor pelo qual avaliou material equivalente ao que está a alugar. Em concreto, informam de um aluguer de dezoito mil euros por uma locomotiva da série 1400 (com maquinista incluído) para o percurso Régua-Contumil-Régua e de um aluguer de dois mil euros por nove horas de uma locomotiva da série 1400 para manobras em Santa Apolónia.

Simultaneamente, a CT da CP denuncia que a CP continua a pagar a mensalidade referente à manutenção dos equipamentos embarcados (CONVEL e Rádio Solo-Comboio) nas 59 locomotivas que ofereceu à multinacional (com um custo estimado superior a 400 mil euros por ano). E ainda alertam para o facto de a multinacional pretender comprar as peças sobressalentes do CONVEL que a CP tem no seu stock estratégico – e fazê-lo, pagando (evidentemente) menos que o que lhes cobraria o fornecedor (Bombardier), e onde a CP terá depois de ir comprar o que agora venderia.

As Comissões de Trabalhadores têm a responsabilidade constitucional de realizar o controlo de gestão. Quem ignora os seus alertas está a assumir a cumplicidade com as ilegalidades e irregularidades cometidas.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, perguntamos ao Governo o seguinte:

1. Que vai fazer o Governo para travar este esbulho de recursos públicos para favorecimento de uma multinacional?
2. Que está a ser feito para apurar o total dos prejuízos causados à CP por esta situação, e para que este processo não tenha o desfecho que está à vista?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 16 de Novembro de 2016

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)